

— *Escutar*. “É o ponto de partida de toda pastoral de encarnação e de uma ação eclesial que pretende inserir-se no seio da história a partir do discernimento dos sinais dos tempos (cf. O.A. 4; Med. 7, 13 e 10, 13; Puebla 12, 420, 473, 653, 847, 1.115, 1.128). Esta escuta atenta dos novos sinais dos tempos da realidade sócio-eclesial latino-americana permite detectar os desafios e as linhas pastorais para uma Nova Evangelização, estreitamente unida à Promoção Humana e à promoção de uma cultura impregnada dos valores evangélicos”.

— *Iluminar*. “Consiste em olhar a realidade sócio-eclesial com olhos de fé, como Pastores, para deduzir os princípios doutrinários e os critérios pastorais que permitam discernir a Palavra de Deus hoje na América Latina (cf. Puebla 14, 28, 74, 75). Esta visão pastoral da realidade sócio-eclesial permite igualmente deduzir princípios de ação e normas de juízo que orientarão o plano de ação”.

— *Responder*. “Para uma maior eficácia da fé, a escuta e a iluminação da realidade sócio-eclesial da América Latina exige uma resposta da parte da Igreja, através do discernimento das estratégias da Nova Evangelização. Esta resposta implica em deduzir as linhas pastorais e as opções prioritárias que se concretizam em diretrizes de ação, aptas para responder aos desafios pastorais do presente em direção ao futuro” (cf. João Paulo II, Angelus de 12 de janeiro de 1992).

Os passos de cada uma das etapas

Sem explicar o curso de ação das três partes acima mencionadas, que ocuparão três dias de trabalho cada uma, enumeremos pelo menos os dez passos a serem percorridos em cada uma das etapas: orientação metodológica da etapa; plenário com intervenções para “assinalar os novos sinais dos tempos do continente”, no caso da primeira etapa, para “explicitar os grandes princípios doutrinários e os critérios teológico-pastorais da Nova-evangelização em se tratando da segunda, e para “pronunciar-se sobre as estratégias da Nova-evangelização na América Latina na terceira etapa; codificação das intervenções; determinação de núcleos e temas; trabalho em comissões especializadas para a primeira redação; reunião para apresentação de seu texto às demais comissões que trabalham o mesmo tema; retorno a cada comissão para ajuste e segunda redação; plenário para apresentação e discussão do trabalho de cada comissão; volta às Comissões para a terceira redação; ajuste final do texto por uma comissão de estilo.

Discussão e aprovação das conclusões da IV Conferência

Uma vez percorridos os dez passos de cada uma das três etapas mencionadas, resta ainda uma última, destinada a discutir e aprovar as conclusões da IV Conferência. Esta etapa compõe-se de nove passos. Contentemo-nos, igualmente aqui, de enume-

rá-los: orientação metodológica da etapa; plenário para apresentação das Conclusões; discussão em plenário das conclusões, com proposição de módulos; trabalho por comissão especializada para

Diálogo sincero e busca conjunta, tomada de conhecimento e resposta concreta aos gritantes desafios para a evangelização no continente

integração dos módulos; plenário para discussão e aprovação de módulos; revisão de estilo e ajustes pela comissão de estilo; plenário para proclamação das Conclusões da IV Conferência; envio das Conclusões da IV Conferência a Roma.

Para se ter uma visão mais completa sobre a metodologia de trabalho da IV Conferência seria preciso apresentar outros aspectos além dos que foram aqui evocados. Mas, na dúvida de poder dispor de maior espaço nas páginas desta revista, optei por limitar-me ao que vem de ser exposto. Creio que o que foi dito seja suficiente para perceber que uma metodologia de trabalho é muito mais do que mera técnica. As metodologias não são nunca neutras, fazem sempre parte do conteúdo a que elas se propõem ser um meio de abordá-lo. Elas são caminho, é certo, mas o ato de caminhar já é a vida se historicizando no espaço e no tempo. Assim, o que mais se quis com esse projeto de metodologia para a Assembléia de Santo Domingo é que ele possibilite diálogo sincero e busca conjunta, tomada de conhecimento e resposta concreta aos gritantes desafios para a evangelização no continente. E, sobretudo, que ele não seja obstáculo à voz e à ação do Espírito que dirige e fecunda nossa história “ontem, hoje e sempre”.

*Endereço do autor:
31, Rue des Hayeffes
1435 Mont-St-Guibert
Bélgica*

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO TEÓLOGO

Elias Wolff
estudante do 3º ano, de Lages

Introdução

A expectativa da Assembléia dos Bispos da América Latina, a realizar-se em Santo Domingo, neste ano de 1992, enfatiza a necessidade de aprofundar a relação teólogo-sociedade, privilegiando as expressões culturais desta última. Cabe ao teólogo perceber na cultura do seu povo sinais da Igreja em libertação

e do Reino em construção. Cabe ao teólogo a responsabilidade de saber relacionar-se com os diferentes mecanismos pelos quais essa cultura se manifesta. Por isso, o desafio da “nova Evangelização” na América Latina faz com que o teólogo esteja continuamente “pensando a si mesmo”, estabelecendo uma constante auto-reflexão, um permanente confronto de sua pessoa, sua teoria, sua práxis, com o espaço social ao qual pretende prestar

serviços. É porque o teólogo objetiva desenvolver uma ação específica em benefício da comunidade onde se encontra situado, do seu país, ou da humanidade em geral, que urge a necessidade de relacionar sua fé com a realidade social em que vive.

A cultura do nosso povo se manifesta por mecanismos sociais bem conhecidos por sociólogos, técnicos, políticos, economistas. Porém, para o teólogo, tais mecanismos são ainda um mistério a ser desvendado. O presente artigo (1) quer ser uma proposta de reflexão a respeito de alguns desses mecanismos (a técnica, a política, a economia, as leis, a ideologia, a história), relacionando-os com a teologia para, assim, tentar esclarecer uma possível responsabilidade (também) social do teólogo colaborar para que estas realidades se tornem verdadeiros instrumentos de VIDA na América Latina.

1. O teólogo e a teologia

A responsabilidade social do teólogo deve ser analisada considerando o teólogo na sua individualidade como pessoa (padre, leigo) e como "teólogo" propriamente dito, ou seja, como alguém que "manuseia" as coisas da fé, os elementos que constroem um sistema religioso específico, perscrutando no homem o que existe de Deus e em Deus o que existe do homem. Ambos

Por trás do "teólogo" há sempre um homem, um ser vivente que sofre as solitudes do seu tempo

os sujeitos se co-implicam. Por trás do "teólogo" há sempre um homem, um ser vivente que sofre as solitudes do seu tempo e as trabalha "teologicamente". No seu jeito de desenvolver o seu labor (com os olhos da fé), esse indivíduo apresenta a sua marca registrada, sua identidade. É teólogo. Assim, o ser vivente é o ser pensante que se manifesta na integração entre vivência e pensamento, num verdadeiro "processo pericorético" (2). Assim, não existe "o" teólogo, mas "um" teólogo, como sujeito concreto, individualizado, essencialmente relacionado. Todo o seu trabalho está voltado para o aprofundamento da compreensão e vivência da fé em Deus, procurando elucidar pela ação, oração e reflexão, as verdades da fé implicadas no conjunto dos fatos que formam a realidade do seu tempo histórico.

Dito isso, é preciso considerar que, antes de se pensar na responsabilidade social do teólogo, é necessário interrogar-se sobre a responsabilidade do teólogo em relação à teologia. O teólogo é, em primeiro lugar, responsável pela teologia: serve à sociedade na medida em que serve à teologia e à verdade. Falar de teologia, de teólogos, é uma tentativa ousada de procurar entender e expressar o "logos" de Deus. "Teologia" é o "logos" humano sobre o "logos" divino que se revela na história. "A revelação do logos divino é, e só pode ser, histórica", como lembra E. DUSSEL (3), retomando, aliás, a expressão joanina: "o Logos se fez carne" (Jo I, 14). História é, portanto, o "lugar teológico" onde se capta o sentido divino dos acontecimentos. Este "sentido" é fruto de um exercício racional da fé; um modo de ver os acontecimentos da história à luz da fé. Quem vê e crê vai além do que vê. Este é o "teó-logo", e esta é a sua responsabilidade em relação à teologia. O que ele diz não é só o que Deus é,

mas como Deus é, ou seja, qual o processo da sua revelação na sociedade (leis, cultura, economia, política. . .) e na história. O que acontece nos mostra Deus, e Deus nos mostra o sentido do acontecimento.

2. O teólogo, o ideólogo e o técnico

O diálogo entre essas três personagens prolonga-se em nosso tempo e, aparentemente, os dois últimos ganham terreno sobre o primeiro. O teólogo sente-se constrangido em refletir sobre questões sociais porque não raras vezes ignora as conseqüências prováveis dos diferentes regimes políticos em que vacilam governados e governantes. Além disso, não tem clareza sobre a prioridade de determinados princípios como, por exemplo, a preferência da propriedade privada ou pública dos meios de produção e o que significa, ideologicamente, esta preferência em determinada circunstância. Não sabe responder se a moral implica que a propriedade das fábricas seja considerada como uma função social e se, tecnicamente, essa função é melhor cumprida quando a propriedade, no sentido jurídico do termo, se difunde entre centenas de milhares de acionistas ou quando é concentrada no Estado. A questão parece ser sociológica ou política, e não teológica. Contudo, não se pode dizer que o teólogo vive alheio a estas preocupações, pois, se é indiferente ao crescimento econômico, o é também com relação aos meios indispensáveis para realizar tarefas cuja urgência proclama: a superação do sistema de classes, a comunhão de bens, a consciência comunitária, o homem como sujeito etc.

Para bem compreender a responsabilidade social do teólogo ao refletir sobre estas questões, duas perguntas são fundamentais: qual é o horizonte epistemológico que norteia a sua reflexão? e em quê ele se distingue do ideólogo e do técnico?

Na tentativa de encontrar resposta a estas questões, comecemos pela constatação de que a ciência (técnica, política) dá

O teólogo, porém, encontra-se além (ou deveria) do saber que fundamenta a técnica

apenas uma resposta prática a estas indagações, resposta na qual o cidadão deve apoiar-se. O teólogo, porém, encontra-se além (ou deveria) do saber que fundamenta a técnica, não porque não sinta necessidade da ciência técnica, mas porque a sua ciência é transcendente. É "ciência das ciências", a que revela o significado último das ciências técnicas. Se a teologia não for a "ciência das ciências", cai no âmbito das ciências instrumentais, justificando, indiferentemente, qualquer tese, o que é o papel do ideólogo. Por isso o teólogo considera-se diferente do ideólogo. Se na sua tomada de posição o teólogo se confunde com o ideólogo, isso acontece porque, uma vez comprometido com o seu tempo e lugar, o teólogo já não é sempre discernível do ideólogo. Ao eleger "um" partido para realizar "um" programa de reformas, perde-se a certeza serena das idéias e penetra-se na incerteza conflitiva da ação. Não raro os próprios colegas consideram ideólogo um teólogo politicamente engajado. A semelhança entre ambos está no fato de que acreditam que "a verdade deste lado dos Pirineus é um erro do outro lado". Observam a diversidade dos costumes e das leis, mas têm realidades de estudo em comum. A "diferença" consiste na própria natureza do estudo que ambos realizam. O técnico renuncia à teologia porque não vê nos fatos

nada mais além da explicação científica. Na verdade, não sabe distinguir o bem e o mal de um regime porque não sabe o que é o Bem ou o Mal. Ao teólogo cabe apontar o Bem "em si mesmo". Ele, está, portanto, longe de justificar grupos ou de consagrar a relatividade dos valores (própria dos ideólogos), sendo, assim, capaz de compreender a Verdade e o Bem, subtraídos da relatividade histórica. Se é confundido com o ideólogo, é porque a primeira etapa a tem em comum com ele: não aceita as leis sociais como um absoluto (a lei é uma entre tantas, relativa), mas aspira a determinar leis da melhor sociedade para todos.

O teólogo sente-se responsável pela sociedade do seu tempo porque os acontecimentos afetam o destino espiritual da humanidade, e porque a organização eqüitativa da comunidade se converte no objetivo último: o *Reino de Deus* — primeiro e central anúncio da pregação de Jesus (cf. Mc 1,14-15). Não raro, porém, ele confunde seu papel com o do técnico e do ideólogo, tendo também ele dificuldades para compreender uma verdade eterna, divina: inclinado a confundir fins e meios, particularidade e totalidade; incapacitado para discernir a diferença entre o histórico (relativo) e o universal, entre Instituição ligada a um instante do tempo e à sociedade final, o Reino, concebível mas não totalmente previsível.

A teologia é o diálogo dos meios e do fim, do relativo e da Verdade

Cabe dizer, por fim, que a teologia é o diálogo dos meios e do fim, do relativo e da Verdade. Não pode fechar o diálogo em benefício de um ou de outro termo. Permanece fiel a si e às suas responsabilidades sociais na medida em que não sacrifica nenhum dos termos, cuja solidariedade contraditória caracteriza a condição do homem que pensa. Como no tempo das perseguições religiosas, o teólogo busca refúgio no silêncio ou na linguagem velada (cf. o gênero literário da apocalíptica) toda vez que o bom senso e o Espírito lhe indicar tais recursos. Pois nem sempre lhe cabe o recurso de afrontar os poderes oficiais. Mas, condenado a calar, reservará em alguma parte da consciência o segredo da sua liberdade. Se encontrar-se ameaçado pelo poder resta dizer que, em última instância, o teólogo escapa do cerco do tirano, ainda que este esteja armado com os instrumentos da repressão (cf. 2Tm 2,9: "A palavra de Deus não está algemada"). Se o teólogo é, por essência, o que busca a Verdade, e resiste ao constrangimento, podemos dizer que muitas vezes é ameaçado, mas que jamais é vencido definitivamente.

3. O teólogo e a cultura

Se entre termos antitéticos não houvesse uma terceira possibilidade, a situação do teólogo seria desesperadora. Deveria ou alimentar o fanatismo ou renegar os valores em que crê. Em ambos os casos prejudicaria o bem da sociedade, pois o fiel que não crê nos valores da sua sociedade é tão temível quanto aquele que neles crê fanaticamente. Assim, a reflexão teológica vai aos poucos superando o dualismo cultura (costumes) X teologia. A teologia não está desvinculada do berço cultural em que nasce. O teólogo reflete a história que se apresenta nas culturas diferentes, considerando todos os costumes como *legítimos em si mesmos*, antes de qualquer juízo de valor sobre eles. Por isso, *o desprezo pela cultura dos outros é um sinal tanto de incultura teológica quanto de incultura histórica*. Daí conclui-se que são injustifi-

cáveis as perseguições políticas, raciais e religiosas, pois tais perseguições representam a violação de uma regra formal eternamente válida: *o respeito (amor) ao outro* como "diferente", no seu ser e na sua expressão cultural.

Cada cultura é a expressão de um Deus criador e inventivo, que não se cristaliza em um único modelo social ou religioso

Esta reflexão mostra o quanto a razão teológica deve ser aberta aos costumes que são legitimamente diferentes, e que seria um erro analisar sob a alternativa do verdadeiro ou do falso, incluindo-os em uma ordem hierárquica. Cada cultura é a expressão de um Deus criador e inventivo, que não se cristaliza em um único modelo social ou religioso. As condutas sociais diferentes relativizam os imperativos morais de uma sociedade. Estes, porém, são universalmente válidos quando formalizados. Que exista, por exemplo, entre os homens um princípio universal de reciprocidade ou de igualdade é uma verdade eterna (poder-se-ia dizer divina, evangélica) e também relativa (poder-se-ia dizer humana, histórica) ao mesmo tempo. E o sentido deste princípio varia com o tempo e de acordo com as civilizações. Tomado rigorosamente, o princípio condenaria as sociedades que fossem hierárquicas e não-igualitárias. Tomado de forma vaga, ele não condena nada e a ninguém: Em cada época ele foi compreendido de determinada forma. Não existe acordo entre os teólogos nem sobre o sentido que os princípios morais, sociais, recebem em determinada época, e nem sobre o sentido eterno ou "sagrado" (cf. os *dogmas*) que lhes pode ser atribuído. Contudo, a reflexão teológica sobre o sentido "eterno" e "histórico" dos princípios morais, dos costumes sociais, da cultura, contribui para impedir o dogmatismo sumário; sendo, portanto, crítica, a reflexão teológica revela o caráter ilusório da alternativa "verdadeiro" ou "falso" na análise dos costumes que constroem a cultura dos povos.

4. O teólogo, a política e a história

Na descoberta da sua função social, o teólogo depara-se com a política e a história como desafios para sua reflexão e ação. Não poucas vezes ele corre o risco de enveredar pelo pensamento politicista, como o ideólogo. Sendo a teologia, como tal, inseparável de um tempo, de uma classe, de uma sociedade e de um sistema político, é impossível que a consciência desse fato não afete a reflexão teológica. Mas surgem logo algumas questões: se a democracia parlamentarista, por exemplo, é apenas instrumento de dominação burguesa, por que iria o teólogo permanecer fiel aos seus valores? Acontece o mesmo com os valores do socialismo se este, por sua vez, não for mais que uma capa sobre a dominação de outra classe. É o problema que enfrenta a *teologia política*, que evita o relativismo integral se apontar para o Fim da história e para a Verdade do todo. Se se passa da desvalorização absoluta da democracia capitalista para a valorização absoluta da democracia socialista, deve ser porque esta aponta para o fim do túnel e representa o objetivo último da própria humanidade. No centro da teologia política está a questão: ou desvalorizar o regime considerado absoluto, final da história, e então voltar à afirmação do relativismo, ou afirmar o valor absoluto de um regime, e então consagrar o fanatismo.

A maioria dos regimes do nosso século tem princípios em comum: desenvolver as forças produtivas que assegurem a todos condições dignas de sobrevivência; repulsa das desigualdades; igualdade jurídica e moral etc. Mas nenhum regime é integralmente fiel a seus princípios. Nenhum eliminou a desigualdade econômica ou a hierarquia social. Porém, nenhum está também impossibilitado totalmente de realizar seus objetivos, e enquanto isso não acontecer nenhum pode ser considerado único, absoluto, pois todos estão em vias de desenvolvimento. Se tanto o Leste como o Oeste obedecem aos mesmos imperativos, o teólogo não tem motivos para desvalorizar um e valorizar outro "de forma

Nenhuma reflexão teológica autoriza a atribuir a um regime todos os sinais do Reino e a outro, todos os pecados do mundo

absoluta". Nenhum determinismo antecipa a luta entre os regimes sociais e a vitória de algum dentre eles. Nenhuma reflexão teológica autoriza a atribuir a um regime todos os sinais do Reino e a outro, todos os pecados do mundo. O teólogo deve acreditar que a história não se encontra enxertada em uma dialética que assegure com antecipação a vitória de um partido e nos autorize a prever o seu desenvolvimento pleno. A história ainda não se totalizou e ignoramos o seu fim. Não temos direito de invocar o inevitável porvir para justificar um regime atual. A invocação do sentido total da história é legítima, mas as possibilidades futuras não estão definidas em qual regime se realizarão, e pode ser tanto num quanto noutro. Crescimento econômico e bem-estar dos cidadãos, a igualdade dos indivíduos etc., são concebíveis tanto no horizonte das democracias ocidentais quanto nos demais regimes.

A dimensão histórica traz novo sentido à contraposição *político* (ideólogo) — *teólogo*, mas sem alterar o seu diálogo no que existe de essencial. Uma vez que Deus se mostra nos acontecimentos da história (e o teólogo encontra-se plenamente imerso nas situações históricas), a questão central que aparece é: que atitude adota um teólogo com relação à sociedade?, os partidos políticos (a política como um todo), os conflitos históricos? Como esses fatos nos mostram Deus? Não existe resposta definida, mas é preciso compreender que não se pode confundir um partido, um regime, uma realidade, com o Fim da história. O teólogo faltaria à teologia se atribuísse a uma realidade social toda a dignidade da Verdade eterna. Ao teólogo importa que, na realidade humana, no regime político, encontre espaço de reflexão para perceber aí um desígnio divino. Deve, porém, considerar que a história não dá o direito de maldizer um regime e bendizer outro. Isto porque a condenação feita pelo teólogo se refere a uma "norma formal", mas que supõe um juízo sobre fatos e relações causais, que tem caráter mais sociológico que teológico. A delegação da onipotência a um regime não pode ser a última palavra do teólogo (e nem da política...) porque elimina da sociedade e priva de liberdade todos os que não pertencem a essa minoria privilegiada. Ela, porém, é julgada historicamente (relativamente) aceitável, ou não, segundo os "resultados" que se esperam dessa minoria, segundo se julgue possível, ou não,

a instauração de um regime único. Tal regime único se fundamenta no estudo comparativo dos objetivos das instituições, e o teólogo, enquanto tal, deve contribuir com o que falta para alcançar o fim desejado.

5. O teólogo e as leis

A responsabilidade social do teólogo exige que ele não apenas conheça as leis da sua sociedade, mas que saiba também posicionar-se sobre elas. Neste seu posicionamento é preciso considerar a existência de três questões fundamentais com relação às leis. Deve o teólogo: 1) justificar as leis do seu país, quaisquer que sejam, porque pretende ser um bom cidadão? 2) relativizar as leis porque não valem mais do que as de qualquer outra sociedade? 3) julgar e reformar as leis, inclinando-se para "o" melhor regime social, para a Verdade divina e eterna? Como interpretar as palavras de Jesus: "Não vim abolir a Lei, mas levá-la à perfeição" (Mt 5,17)?

Neste nosso século, e creio que em outras épocas não foi muito diferente, é patente a dificuldade que o teólogo encontra para responder a tais questões. Sinto, porém, que a resposta é afirmativa a muitas delas. Assim, por exemplo, o teólogo dá exemplo de obediência à lei (quando aceita a punição do "silêncio obsequioso"...); ensina o relativismo com relação aos imperativos de um tempo e lugar; busca a verdade universalmente válida acima das diversidades e da desordem social. Na verdade, é difícil desinteressar-se pelas leis que definem o regime social de um país, quando é a política que rege o destino de nossas vidas. Mas é mais difícil ainda discernir, entre regimes e leis, aqueles e aquelas que realmente correspondem ao Projeto de Deus. Será que algum dos regimes existentes, entre as múltiplas sociedades do nosso tempo, resistiria a um confronto sincero

na teologia? É possível ser o teólogo, a um só tempo, respeitoso para com as leis, consciente da relatividade histórica e amante

Fazer teologia só é possível a partir de um lugar social determinado

da Verdade? Estas questões conduzem-nos ao centro da responsabilidade do teólogo com relação à teologia, e conseqüentemente à sociedade, uma vez que fazer teologia só é possível a partir de um lugar social determinado.

Cabe aqui repetir o que foi dito acima, ou seja, que o teólogo é, em primeiro lugar, responsável pela teologia. Serve à sociedade na medida em que serve à teologia e à verdade. Não por isso as circunstâncias são menos susceptíveis de criar contradições entre os diversos deveres que o teólogo assume. O teólogo não pode atribuir às leis e costumes particulares da sua comunidade o valor incondicional que a não-reflexão ingenuamente lhes atribui e que o fanatismo quer que se lhes reconheça. Ainda que o teólogo também ensine a abedecer as leis positivas, tende a fundamentar a obediência em princípios e argumentos que as ultrapassam, e que facilmente passam por irreverentes (não poucas vezes o Cristo foi considerado por seus opositores como um ideólogo, subversivo ou... louco!, e acusado de enfraquecer a tradição). A obediência às leis não é cega, mas profundamente marcada por um senso crítico que tem como pressuposto os princípios revelados, contidos na Escritura e na Tradição. Tais princípios constituem uma realidade que escapa à prisão das leis, a fé, e ela é a luz que orienta a relação do teólogo (como a de

qualquer outro cristão) para com as leis. Dessa forma, se o teólogo obedece à Lei, ele o faz sem prender-se à sua positividade, mas assumindo o seu espírito toda vez que ela não se contrapõe à fé. Se ele critica a lei, o faz porque é condição única para manter a integridade da fé, sem permitir que ela se desvirtue por uma norma qualquer. Portanto, consciente da sua fé, o teólogo assume posições com relação às leis sociais fazendo com que elas se tornem instrumentos para a realização de uma verdade maior: a vontade de Deus sobre o homem.

Espaço para um verdadeiro diálogo entre a Igreja e a sociedade, a teologia e as ciências sociais, o teólogo e a cultura popular.

Conclusão

À guisa de conclusão, resta dizer que se faz mister aprofundar as questões aqui apenas acenadas, como condição da eficiência e eficácia do labor teológico no cumprimento de sua função social.

PAULO BRATTI — PEREGRINO DO ABSOLUTO

Dr. Paulo Leonardo Medeiros Vieira
Advogado e Professor de Direito
Constitucional da UFSC

No dia 15 de maio de 1982, Padre Paulo Bratti deixava o convívio dos seus amigos, partindo sem aviso prévio para a Casa do Pai.

Não saberia dizer o que mais impressionava nesse padre de educação refinada, de vastíssima cultura humanística; de humor às vezes britânico, às vezes irreverentemente carioca. Era culto e humilde ("Eu sou um pecador que Deus amou"); sereno mas seguro, alegre e pacífico. Creio, porém, que o nuclear em Paulo Bratti era sua fidelidade à Igreja, que amou com generosidade nas mais ruidosas e nas mais dolorosas circunstâncias do seu ministério.

Todos os seus dotes giravam em torno dessa entrega como coloridas bolinhas de árvore de Natal, com as quais se pretendesse enfeitar o Sol.

Na passagem do décimo aniversário de sua morte, quero recolher, em sua memória, as impressões mais fortes que me ficaram do último Retiro Espiritual que pregou, precisamente três semanas antes de morrer.

Tive o privilégio de participar desse encontro pascal promovido pelo Coral Santa Cecília, na bucólica Angelina, no acolhedor Colégio das Irmãs Franciscanas de São José.

Dessa experiência quero reproduzir algumas reflexões em torno da Morte e da Ressurreição. Pe. Paulo discorreu sobre a morte sem suspeitar que ela o espreitava tão de perto, mais para desdita nossa, acredito, do que dele. Não que não amasse

Espero, e acredito que assim será, que o clima da *Nova Evangelização* no qual vive atualmente a América Latina, propicie espaço para um verdadeiro diálogo entre a Igreja e a sociedade, a teologia e as ciências sociais, o teólogo e a cultura popular. Meditando sobre o mundo ou comprometido com a ação, ensinando a obedecer às leis ou a respeitar os autênticos valores, animando a revolta ou inspirando o permanente esforço de reforma, o teólogo cumpre a função do seu estado, dentro da sociedade, compartilhando os riscos, mas não as ilusões do regime escolhido. Só deixaria de merecer seu nome no dia em que compartilhasse do fanatismo ou do ceticismo dos ideólogos, ricos em meios mas ignorantes do Fim. Tal é seu dever de estado, tal é sua função social.

NOTAS

(1) Adaptação do texto filosófico de Raymond ARON, in "*Dimensiones de la Consciencia Histórica*", Editorial Tecnos, Madrid, 1962.

(2) De "*perichóresis*", termo que vem de São João Damasceno e que, literalmente, significa uma pessoa presente, habitando, na outra; no estudo da Trindade significa a "circumincessão", ou seja, a comunhão entre as Três Pessoas Divinas.

(3) E. DUSSEL, "*Caminhos da Libertação Latino-americana*", vol. I, Ed. Paulinas, SP, 1984, p. 11.

Endereço do autor:

ITESC — Cx. Postal 5.041
88041-970 — FLORIANÓPOLIS, SC

a vida, mas porque tinha consciência de sua condição de peregrino. Era genuinamente um homem em trânsito, um caminheiro perseverante em demanda de sua Pátria definitiva. Era o *homo viator*, de Gabriel Marcel, o grande existencialista convertido, que citava com familiaridade. O peregrino, dizia, é, afinal, o ser que vive a mais terrível de todas as contradições: nasce com a vocação da eternidade, mas carrega em si a semente da destruição.

Paulo Bratti admitia que a morte, humanamente falando, agride nossa ânsia de liberdade; é um destino cortado, uma comunicação rompida, um escândalo para nossa razão. Por isso, advertia, muitos cristãos, quando visitados pela Cruz, blasfemam e movem um processo contra Deus, intimando-o a que se justifique.

Acostumar-se muito mais a buscar o Deus das consolações, do que as consolações de Deus

O cristão, dizia, deve acostumar-se muito mais a buscar o Deus das consolações, do que as consolações de Deus. Claro